

# A FORMAÇÃO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO NO ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS<sup>1</sup>

Cristiano Desconsi<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-7883-6164>

## RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a formação de agentes de desenvolvimento no enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), um dos enfoques que, no Brasil, têm recebido maior visibilidade nos últimos anos. A reflexão evidencia o potencial do enfoque CBST para ampliar as capacidades e competências dos atores públicos, privados e associativos dos territórios, tanto pelas possibilidades reais de apropriação do arcabouço teórico metodológico para a leitura e avaliação dos processos de desenvolvimento, quanto por expor possibilidades de fortalecimento das iniciativas de governança assentadas em um compósito de produtos e serviços específicos do território. Metodologicamente, o artigo baseia-se na revisão bibliográfica sobre o tema, incluindo documentos, relatórios e manuais que versam sobre modelos e iniciativas de formação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), dando destaque às fontes sobre o enfoque da CBST. Com base neste material, desenvolve-se uma análise descritiva e argumentativa. O texto aborda como os enfoques do DTS: Coalizão de Atores e da Cesta de Bens e Serviços Territoriais contribuíram para a formação dos atores territoriais. Em seguida, dá ênfase no enfoque da CBST, cujas formulações podem contribuir para o processo de formação dos atores territoriais tanto da sensibilização para revelar e valorizar recursos e ativos dos territórios, quanto dos mecanismos de fortalecimento da governança territorial, estabelecidos no entorno das "cestas" existentes ou a serem construídas. Por fim, apresenta alguns desafios e iniciativas de formação de agentes de desenvolvimento construídas, especialmente, no estado de Santa Catarina, com base no enfoque da CBST.

Palavras-chave: Formação. Atores Sociais. Desenvolvimento Territorial Sustentável. Recursos e Ativos.

## THE QUALIFICATION OF DEVELOPMENT AGENTS IN THE BASKET OF TERRITORIAL GOODS AND SERVICES APPROACH

### ABSTRACT

This article presents a reflection on the training of development agents in the basket of Territorial Goods and Services (BTGS) approach, one of the approaches that in Brazil have received greater visibility in recent years. The reflection highlights the potential of the CBST approach to expand the capacities and competencies of public, private and associative actors in the territories, both because of the real possibilities of appropriation of the theoretical and methodological framework for their addressing valuation of development processes, and because it exposes possibilities of strengthening governance initiatives based on a composite of products and services specific to the territory. Methodologically, the article is based on a literature review on the theme, including documents, reports and manuals that deal with models and training initiatives in Sustainable Territorial Development (STD), highlighting the sources on the BTGS approach. Based on this material, a descriptive and

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte dos resultados de atividades de pesquisas previstas nos projetos “O Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável” e “Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais” financiados, respectivamente, pelo Edital Universal do CNPq (Processo 40.9597/2018-00) e Edital de Chamada Pública FAPESC n. 12/2020 (Termo de Outorga Nº 2021TR000531).

<sup>2</sup> Professor adjunto do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Email: [cristiano.desconsi@ufsc.br](mailto:cristiano.desconsi@ufsc.br).

argumentative analysis developed. The text addresses show the approaches of STD: Coalition of Actors and the Basket of Territorial Goods and Services contributed to the training of territorial actors. It then emphasizes the BTGS approach, whose formulations can contribute to the process of training territorial actors, both in terms of raising awareness and revealing and value their sources and assets of the territories, and in terms of the mechanisms for strengthening territorial governance established around the "baskets" already in existence or to be built. Finally, it presents some challenges and initiatives for training development agents built, especially in the state of Santa Catarina, based on the BTGS approach

Keywords: Training. Social Actors. Sustainable Territorial Development. Resources and Assets.

## LA FORMACIÓN DE LOS AGENTES DE DESARROLLO EN EL ENFOQUE DE LA CESTA TERRITORIAL DE BIENES Y SERVICIOS

### RESUMEN

Este artículo presenta una reflexión sobre la formación de agentes de desarrollo en el enfoque de la Canasta de Bienes y Servicios Territoriales (CBST), uno de los enfoques que en Brasil han recibido mayor visibilidad en los últimos años. La reflexión pone de manifiesto el potencial del enfoque CBST para ampliar las capacidades y competencias de los actores públicos, privados y asociativos de los territorios, tanto por las posibilidades reales de apropiación del marco teórico y metodológico para la lectura y evaluación de los procesos de desarrollo, como por la exposición de las posibilidades de fortalecimiento de las iniciativas de gobernanza basadas en un compuesto de productos y servicios específicos del territorio. Metodológicamente, el artículo se basa en una revisión bibliográfica sobre el tema, incluyendo documentos, informes y manuales que tratan de modelos e iniciativas de formación en Desarrollo Territorial Sostenible (DTS), destacando las fuentes sobre el enfoque CBST. A partir de este material, se desarrolla un análisis descriptivo y argumentativo. El texto aborda cómo los enfoques de lo DTS: Coalición de Actores y la Canasta de Bienes y Servicios Territoriales contribuyeron a la formación de los actores territoriales. A continuación, hace hincapié en el enfoque del CBST, cuyas formulaciones pueden contribuir al proceso de formación de los actores territoriales, tanto en lo que se refiere a la sensibilización para revelar y valorar los recursos y activos de los territorios, como a los mecanismos de refuerzo de la gobernanza territorial establecido en torno a las "cestas" existentes o por construir. Por último, se presentan algunos retos e iniciativas para la formación de agentes de desarrollo construidos, especialmente en el estado de Santa Catarina, a partir del enfoque del CBST.

Palabras clave: Formación. Actores Sociales. Desarrollo Territorial Sostenible. Recursos y Activos.

### INTRODUÇÃO

Há uma extensa literatura produzida, especialmente, nas últimas décadas sobre a abordagem territorial do desenvolvimento. Muitos autores analisam a evolução conceitual do desenvolvimento, desde as críticas à visão setorial e economicista, passando pela sustentabilidade, até a construção e amadurecimento de enfoques baseados nas escalas regional, local e rural, para, enfim, incorporar a multisetorialidade e multidimensionalidade na abordagem do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) (Carrière; Cazella, 2006; Vieira; Cazella; Cerdan, 2010; Dallabrida *et al.*, 2021). Um dos elementos que merece destaque na evolução teórico-metodológica da abordagem territorial é a centralidade atribuída aos atores sociais dos territórios. De uma perspectiva de desenvolvimento na qual os atores do território tinham o papel passivo ou de meros executores de ações planejadas por

atores exógenos, a abordagem reconhece que o processo de desenvolvimento precisa ser construído pelas ações dos diversos atores imersos nos territórios. Esse pressuposto aparece no próprio conceito de território, quando assumido como construção social (território construído) (Pecqueur, 2001; Cazella *et al.*, 2019; Dallabrida *et al.*, 2021).

A centralidade dos atores territoriais no processo de desenvolvimento coloca em evidência a importância de potencializar as suas habilidades e competências. É neste sentido que o tema da formação dos atores sociais ganha importância e acompanha a própria evolução da abordagem DTS. Se os rumos dos territórios dependem, em grande medida, dos atores que atuam e vivem nele, é fundamental considerar ações de formação como uma das estratégias para promover o desenvolvimento.

A abordagem do DTS pode ser incorporada em dois tipos ações de formação-educação: i) a primeira, de natureza formal, abarca as iniciativas vinculadas à educação formal desde o ensino fundamental, médio, graduação e pós graduação nas instituições de ensino – trata-se de incorporar a abordagem de DTS no currículo, nos conteúdos e nas ações de pesquisa e de extensão; ii) a segunda, de caráter informal, contempla uma série de formatos contínuos ou descontínuos – as atividades de extensão rural, por exemplo, caracterizam-se como processo de educação informal.

O termo formação, neste artigo, é assumido como processo pedagógico de ensino e aprendizagem, o que o aproxima dos significados atribuídos ao termo educação. O caráter processual, a ação reflexiva, as trocas de conhecimentos e a comunicação entre os sujeitos, dão significado ao termo formação, de modo a distingui-lo das ações de treinamento e capacitação, as quais assumem um caráter mais instrumental de difusão de conhecimentos e habilidades (Gerber, 2016; Turner; Schimit; Guzzatti, 2016).

A abordagem do DTS se constitui a partir da formulação de um compósito de enfoques, os quais não possuem somente capacidades teóricas e analíticas para a reflexão sobre o desenvolvimento a serem conhecidas por pesquisadores e acadêmicos, mas procuram inspirar a ação dos atores que atuam diretamente nos territórios. Neste sentido, é comum que se desenvolvam metodologias para ação, baseadas nas formulações teóricas e capacidade analítica das mesmas. Dentre as ações, destacam-se aquelas relacionadas à educação informal que podem contribuir para a promoção do desenvolvimento dos territórios. Refletir sobre a importância e as estratégias de formação no enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais é a proposta deste artigo.

O texto está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais: na primeira apresenta como alguns dos enfoques sobre o desenvolvimento mobilizados no Brasil construíram metodologias e estratégias de formação dos atores territoriais. Situa, dentro destes, o enfoque da CBST. Na segunda, apresenta o enfoque da CBST cujas formulações podem contribuir para o processo de formação dos atores territoriais a partir: i) da sensibilização para revelar e valorizar

recursos e ativos dos territórios; ii) da sua leitura enquanto mecanismo para fortalecer a governança territorial de iniciativas estabelecidas no entorno das “cestas” existentes ou a serem construídas. Na terceira seção, apresenta-se algumas iniciativas e propostas de formação de agentes de desenvolvimento, construídas a partir do enfoque da CBST.

## OS ENFOQUES SOBRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS SUAS PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO

Existem inúmeras formas de realizar estudos sobre o Desenvolvimento Territorial Sustentável, mas, para o caso brasileiro, segundo Cerdan (2013), é possível identificar a existência de dois enfoques mais utilizados nas análises. O primeiro considera que o desenvolvimento territorial se assenta na capacidade dos atores de definir e planejar os rumos do seu desenvolvimento. Nominado como enfoque das Coalizões dos Atores, trata-se de considerar a formação de determinadas coalizões mais ou menos coordenadas, em nível multiescalar (local, regional, nacional), sobre o uso do espaço e dos recursos, fortalecendo laços de proximidade, identidades e conhecimentos compartilhados (Bacelar, 2009). Tais ações implicam centralmente a existência de políticas de Estado formuladas, planejadas e implementadas com a participação dos atores territoriais capazes de dirimir as desigualdades socioespaciais. Este enfoque tornou-se referência para a construção de várias políticas territoriais vigentes e experimentadas nos últimos anos, no sentido de promover o desenvolvimento rural e a agricultura familiar (Bacelar, 2009; Grisa, 2013). Conforme afirma Galvanese (2018), as políticas públicas tornam-se meios de mobilização social a partir de mecanismos institucionais para o planejamento e execução das ações. A importância do tema das políticas públicas no enfrentamento das desigualdades sociais e regionais do país, ampliada no âmbito do Estado nos últimos 20 anos, fez com que a agenda de pesquisa acadêmica se envolvesse no debate, inclusive subsidiando o aprimoramento de políticas de desenvolvimento territoriais (Bonnal; Kato, 2011). Por outra parte, a ênfase dada nas políticas públicas, por vezes, acabou assumindo as noções normativas-jurídicas de território, desenvolvidas para fins de implantação de programas e projetos públicos, afastando-se do conceito de território que fundamenta este enfoque (Grisa, 2013; Galvanese, 2018).

O enfoque baseado em Coalizões desenvolveu uma perspectiva de formação baseada no planejamento das políticas públicas, visando efetivar seu processo de territorialização, assumindo sistemas de governança multiescalares (nacional, estadual, local) (Galvanese, 2018). Este processo coincide, no caso brasileiro, com medidas de descentralização da ação pública e ampliação dos espaços de participação dos atores da sociedade na definição de programas e projetos. Neste sentido, orientando-se em enfoques como este, são promovidas várias estratégias de formação de agentes de desenvolvimento, as quais podem ser descritas em dois grupos.

O primeiro grupo constitui as ações de formação associadas a programas e projetos específicos: cada programa ou projeto assume uma unidade espacial para sua intervenção e um público específico. Com este foco, desenvolvem-se processos de formação tanto do público beneficiário do programa, como dos agentes que são acionados para colaborar na implementação dos referidos programas e projetos. O protagonismo da sociedade civil se efetiva pela ampliação das iniciativas locais, muitas vezes apoiadas por projetos para a resolução de seus problemas. Registram-se experiências “alternativas” nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e organização da produção, que, em muitos locais, fortalecem as identidades de atores sociais do território (Dallabrida, 2014). Aqui cabe registrar a interface entre os agentes internacionais (agências multilaterais e de cooperação internacional) que assumem a orientação e o apoio às iniciativas das organizações da sociedade civil, atuando em outras dimensões do desenvolvimento e assumindo o enfoque participativo e o endógeno como centrais no planejamento e gestão de projetos (GTZ, 1998; Brosi, 2010; Desconsi, 2018).

Já o segundo grupo representa as ações de formação baseadas em modelos de governança institucionalizados, em níveis multiescalares: experiências fomentadas desde a década de 1990 que institucionalizaram a criação de conselhos setoriais em nível municipal, estadual e federal como esferas de fortalecer o controle social sobre as políticas públicas (Bandeira, 1999; Sepulveda, 2005). No plano da governança, não raro, desenvolvem-se experiências de políticas territoriais, a partir das quais se institucionalizam conselhos territoriais, conselhos de desenvolvimento regionais (Allebrandt; Bütternbender; Siedenberg, 2010), secretarias de desenvolvimento regional, a exemplo de Santa Catarina (Goularti, 2015), entre outros. As ações de formação focalizaram os atores que atuavam nestes espaços institucionalizados de participação.

O segundo enfoque do DTS se refere à abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, cuja inserção no Brasil aparece em discussões desde o início da década de 2000. Embora muito próximo do primeiro, essa abordagem advém dos trabalhos da economia territorial, para os quais o desenvolvimento territorial fundamenta-se no processo de especificação e diferenciação de produtos e serviços (Colletis; Pecqueur, 2005; Cazella *et al.*, 2020). Ativar os recursos territoriais e diversificar, constituindo combinações e arranjos entre os recursos ativados e/ou revelados, abre espaço para o conceito de “Cesta”. Trata-se de construir ativos únicos, não genéricos e intransferíveis para outras regiões (Hirczak *et al.*, 2008; Cazella *et al.*, 2020). No ápice desse processo, o próprio território assume os atributos da cesta. De acordo com Pecqueur (2001), não se trata de considerar o território como um “território-dado”, entendido como sinônimo de espaço geográfico ou de uma unidade administrativa delimitada (município, microrregião), mas “território-construído” no processo de ação coletiva dos atores localizados.

Assim, as valorizações de produtos de origem e do patrimônio cultural aparecem como as principais linhas estratégicas em prol do desenvolvimento dos territórios rurais (Cerdan, 2013). Enfoques como este formaram a base da reorientação recente da política territorial europeia, que influenciou iniciativas no Brasil e América Latina a partir da década de 1990, ao apostar na formação endógena de bases para a competitividade de suas regiões deprimidas (Favareto, 2014). Contudo, embora as discussões sobre o enfoque da CBST estejam presentes no Brasil há mais de 20 anos (Pecqueur, 2001, Carrière; Cazella, 2006), sempre foi assumido como um enfoque marginal, com pouco destaque no campo acadêmico e na apropriação por parte dos diversos agentes que atuam no desenvolvimento dos territórios (Cazella *et al.*, 2020).

A menção a estes dois enfoques permite evidenciar algumas similaridades. O caráter endógeno, participativo, multissetorial e identitário passa a orientar novos instrumentos técnicos e a construção de novas formas de articulação dos atores locais para planejar as ações sobre os territórios (Pecqueur, 2005; Carrière; Cazella, 2006). Entretanto, há uma diferença importante entre eles. O enfoque das Coalizões de Atores dá centralidade ao planejamento das políticas públicas (mediadas pelos entes federativos do Estado), tanto como vetor para o combate às desigualdades sociais, como enquanto meio para estimular a própria ação dos atores. No limite, as experiências associaram a participação dos atores territoriais no planejamento dos territórios, ou seja, no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas ou projetos como um processo de aprendizado capaz de contribuir para ampliação das competências e habilidades dos mesmos.

No Brasil, nas últimas duas décadas, as ações de formação em DTS vincularam-se centralmente a programas, projetos e políticas públicas ou, em paralelo, ao fortalecimento e aprimoramento de novos arranjos institucionais da ação pública. Pode-se dizer que esta ênfase não foi uma escolha feita por pesquisadores, mas adaptou-se rapidamente ao contexto socio-histórico do país, quando o Estado esteve mais aberto a atores não estatais na construção da ação pública. Alguns críticos interpretaram este processo como um movimento de instrumentalização dos atores da sociedade civil por parte do Estado, que, ao assumirem a operacionalização de muitas políticas públicas, passaram a focar sua mobilização para alcançar indicadores operacionais das políticas públicas que o entenderiam como um processo que poderia contribuir para a formação dos atores envolvidos (Grisa, 2013).

Com as mudanças no contexto sociopolítico ocorridas a partir de 2014, os processos de desmonte de políticas públicas e espaços institucionalizados de participação acabam por desestruturar os vetores centrais que sustentam várias iniciativas e soluções apontadas por estudos baseados no enfoque do DTS. Com efeito, muitas iniciativas de formação deixaram de existir ou diminuíram sua abrangência, na medida em que sua realização se vinculava diretamente às políticas públicas e aos espaços públicos constituídos para planejar e gerir políticas territoriais. Observa-se que não é o

enfoque que perde relevância, mas, sem ou com menos protagonismo dos atores nas políticas públicas, ele perde força e capacidade de orientar as ações dos atores territoriais.

## CONTRIBUIÇÕES DO ENFOQUE DA CBST PARA A FORMAÇÃO DOS ATORES TERRITORIAIS

Considerando que a base teórico-metodológica do enfoque da CBST consiste na promoção do desenvolvimento territorial a partir de processos de especificação e valorização de ativos e recursos territoriais, as ações de formação alinham-se a esta base, constituindo-se como uma das linhas estratégicas para que isto aconteça. Necessariamente, são os atores que reconhecem os recursos e podem construir mecanismos para que estes sejam valorizados ao se articularem entre si para construir mecanismos de governança eficientes. Nesta perspectiva, a metodologia da CBST pode contribuir objetivamente na formação dos agentes em dois eixos expostos nas subseções a seguir.

### Sensibilização para revelar e promover ações de valorização de recursos territoriais

Uma das principais referências para ações de formação a partir do enfoque da CBST é o Guia metodológico “Valorizar recursos territoriais: chaves para ação” (Perron; Janin, 2020). Este documento elaborado a partir do contexto francês expõe procedimentos e ferramentas para animar a reflexão coletiva dos atores locais, de modo a orientar ações de sensibilização, método de diagnóstico de recursos e contribuir na identificação de potencialidades existentes nos territórios. Ele independe da existência de políticas públicas, embora reconheça seu potencial para criar e fortalecer a cesta de bens e serviços de cada território.

No caso do enfoque da CBST, a valorização de recursos específicos está diretamente relacionada “ao valor que as pessoas lhe reconhecem” (Perron; Janin, 2020, p. 5), ou seja, o nível de reconhecimento que as pessoas que vivem no território e são responsáveis pela sua construção atribuem a tais recursos. Nestes termos, o trabalho de inventariar os recursos do território e, posteriormente, identificar qual o grau de valorização daqueles que já estão ativados se constitui como um processo pedagógico que sugere que este trabalho seja feito tendo como base “um olhar especializado”, fornecido pelas contribuições teóricas que embasam a reflexão coletiva. Observa-se que realização de diagnósticos, leituras da realidade, levantamentos, inventários como meio de sensibilização dos atores são ações estratégicas presentes em ações de desenvolvimento dos territórios, independente do enfoque do DTS. Isso porque tais ferramentas costumam ser parte de metodologias de planejamento inspiradas na análise de sistemas agrários em interface com o enfoque participativo (Verdejo, 2005; Sepulveda, 2005; Gerber, 2016; Dallabrida *et al.*, 2021).

Destaca-se que a participação de atores e instituições que atuam para além ou fora de um determinado território pode contribuir para ampliar o caráter reflexivo sobre os recursos específicos.

Todavia, caso o inventário seja feito por um pesquisador de uma universidade ou técnico de extensão rural isoladamente, isso pode ter outras contribuições, mas não criar ou fortalecer, ao menos diretamente, o reconhecimento dos atores sobre o que efetivamente há de específico em seu território. Com frequência, o processo de reconhecimento pode ficar evidente para atores externos já nas primeiras interações estabelecidas como atores dos territórios. Por exemplo, quando se contata um Secretário Municipal de Agricultura ou líder de uma associação comunitária, buscando saber quais são os produtos específicos do território, esta pessoa seleciona, segundo sua percepção, quais empreendimentos e experiências devem ser apresentadas. Sua percepção indica um processo de reconhecimento. Da mesma forma, pode haver diferentes atributos estabelecidos por um ator territorial a um ou outro produto ou serviço do território, aspecto que também indica diferenças no reconhecimento do recurso ou ativo.

Paralelamente, há processos de reconhecimento que foram estabelecidos “fora do território”, mas que produziram imagens e percepções de outros públicos sobre este território, de modo a informar mais tarde o grau de reconhecimento e valorização de produtos e serviços no âmbito local. Logo, o enfoque da CBST dá destaque à valorização das pessoas do território, ainda que a construção deste processo possa ser permeada por estratégias que transcenderam o âmbito particular do território. Estratégias de constituição de marcas coletivas e Indicações Geográficas têm contribuído para ensejar processos de reconhecimento para além do território, mas que posteriormente modificam o olhar atribuído pela população local sobre determinado recurso ou ativo. Tudo isso é destaque para não incorrer em promover trabalhos de formação e capacitação considerando o território ou os atores locais como espaço autóctone, ou com pouca interação com o mundo globalizado.

Considera-se, neste artigo, como ações de formação voltadas para a sensibilização dos atores para ativar recursos territoriais, as três primeiras etapas do Guia como ações vinculadas, conforme detalhado a seguir:

- i) Diagnóstico exploratório: supõe o processo de inventariar os recursos territoriais, instaurando uma reflexão coletiva sobre o que se pensa sobre recursos. Pode-se caracterizar os recursos de acordo com seu potencial latente ou apontar diferentes níveis de valorização daqueles que já possuem algum grau de reconhecimento;
- ii) Caracterizar os níveis de especificidade dos recursos: após consolidar uma lista e percepções sobre os recursos, cabe refletir como estes são valorizados e o nível de especificidade que cada um deles possui quanto ao seu modo de produção e ligação com os consumidores. Pode-se caracterizar os recursos de acordo com seu potencial latente ou apontar diferentes níveis de valorização daqueles que já possuem algum grau de reconhecimento. O central aqui é evidenciar as ligações que os recursos e ativos inventariados possuem entre si;



iii) Identificação das estratégias de valorização: definir linhas estratégicas tanto para ativar recursos latentes como para ampliar o grau de valorização dos ativos do território. Este trabalho pode indicar recursos prioritários e caminhos para sua especificação, levando-se em conta as ligações e a mobilização dos atores no seu entorno. A palavra-chave nesta etapa é o planejamento estratégico capaz de orientar as ações dos atores.

Sobre estas linhas estratégicas de formação, cabe destacar dois aspectos. O primeiro refere-se a estratégias de formação que implicam o mapeamento de ativos ainda não revelados existentes no território. Isso exige, geralmente, a colaboração de agentes externos ao território. No mesmo mapeamento, vale a identificação dos recursos que são específicos e possuem algum grau de valorização, mas observando que é possível fazer mais. Iniciativas de formação que contemplem a discussão do DTS a partir do enfoque da CBST contribuem neste processo, sobretudo, porque a especificação e valorização de qualquer recurso exige um reconhecimento pelos próprios atores. Quanto à forma, há experiências de formação realizadas a partir do enfoque da CBST, tanto por meio de palestras dirigidas, participação em eventos promovidos por associações e consórcios, quanto por órgãos públicos que atuam nos territórios, entre outros.

O segundo implica trabalhar processos de formação, visando indicar caminhos e iniciativas existentes para promover a valorização de um ou mais recursos. Nesse plano, o processo pode ser mais ou menos detalhado. Pode-se apresentar, como um dos caminhos, a construção de uma marca coletiva de produtos do território, fazendo isso de uma forma mais genérica ou com apresentação de experiência e casos de outros territórios, ou de uma forma mais detalhada, elaborando um plano de ação contendo as responsabilidades, metas e prazos para sua realização. Os caminhos podem incluir o acesso a políticas públicas ou iniciativas associativas e de redes de empreendimentos.

No plano da sensibilização, é bem importante desencadear processos de “popularização” das contribuições teórico-metodológicas da CBST, particularmente, como um instrumento de análise, que pode ser assumida por qualquer pessoa para examinar o desenvolvimento de seu território. Há que compreender que o desenvolvimento decorre da construção de uma cesta, ou seja, pela complementaridade e conectividade que se estabelecem entre um conjunto de produtos e serviços. Este nível de compreensão, quando assumida pelos diversos atores em suas posições e organizações, permite que o enfoque seja mobilizado nas suas tomadas de decisão.

#### Fortalecimento da governança territorial

No segundo plano de formação está o fortalecimento de competências dos atores territoriais, de modo a gerar ou fortalecer processos de governança para a valorização dos produtos e serviços territoriais. Na medida em que o reconhecimento de recursos e ativos é decorrente das articulações realizadas pelos atores, é de se esperar que os processos pedagógicos contribuam tanto para o

desenvolvimento de competências, como para o aprimoramento das formas de governança territorial, para gerir estes processos dando ênfase à normatização e institucionalização de tais formatos. Para tanto, utiliza-se a noção de governança territorial que, segundo Dallabrida *et al.* (2016, p. 50), corresponde a um processo protagonizado pelos atores, situados histórica e geograficamente a partir de relações estabelecidas entre atores territoriais (políticos, corporativos e sociais) para pactuar, decidir e deliberar sobre o interesse coletivo.

O Guia elaborado por Perron e Janin (2020) propõe a construção de um projeto cujo resultado da valorização de um conjunto de produtos conduza à construção de uma cesta. Considera-se precipitado assumir o modelo do projeto como estratégia a ser aplicada a todo e qualquer território, mas é central desencadear eventos de formação que permitam ampliar o contato e as articulações entre distintas categorias de atores territoriais. Um dos principais desafios para se constituir uma CBST está no fortalecimento e manutenção de tais articulações entre os atores.

Os estudos já realizados sobre este tema observam que muitas iniciativas de valorização de produtos e serviços possuem pouca ou nenhuma conexão efetiva entre si (Souza, 2021; Cazella *et al.*, 2019). Isso indica que é preciso constituir processos formativos como oficinas e eventos dos quais participem atores responsáveis por um ou mais produtos e serviços. Os atores envolvidos no reconhecimento da Indicação Geográfica (IG) da erva mate, no Planalto Norte Catarinense<sup>3</sup>, por exemplo, atuam de forma quase que independente daqueles que buscam valorizar outros produtos e serviços do mesmo território (Froehlich; Dullius, 2012; Prado *et al.*, 2022). Considerando que a intersetorialidade é um dos pressupostos do DTS, o enfoque da Cesta cria condições para integrar os prestadores de serviços diversos, a exemplo de donos de padarias, cafés, mercados varguistas, entre outros. Isso permite enfrentar o desafio exposto por Dallabrida (2014), de envolver atores privados, empresários, pois estes geralmente trabalham com uma postura corporativa e há dificuldades na construção de ações conjuntas com outros atores.

Nesses termos, o fortalecimento da governança territorial aparece a partir de duas estratégias de ação, conforme Perron e Janin (2020). Na primeira, encontra-se o plano de ação e sua organização: nesta etapa entra em cena uma fase mais operacional, que incide na elaboração de projetos e no intuito de assegurar sua implantação. Os projetos servem de guia para organizar as ações, tendo um foco específico e prazo determinado. Conforme Desconsi (2018), um projeto pode constituir-se como uma ferramenta prática de planejamento, mas também tem o potencial de mobilização de atores. No caso do enfoque da CBST, o objetivo central deste plano de ação está na construção ou fortalecimento de uma “cesta” pré-existente.

---

<sup>3</sup> Para mais informações sobre o caso específico da IG da erva-mate, ver, nesta edição, o artigo elaborado por Milano e Cazella.

A segunda estratégia, parte da organização das competências dos atores, em que prevê a realização de um trabalho de mapeamento dos atores e suas redes, competências em termos de capacidade técnica, organizativa e facilitadora. O guia chama atenção para que este trabalho observe atores individuais, organizados, intersetoriais e transversais. Mais que uma tipologia, que não cabe explorar aqui, trata-se da constatação de que o foco deve estar na constituição de um coletivo de atores para realizar as ações planejadas.

As articulações entre atores de diversas áreas de atuação assumem o papel tanto para referendar a ancoragem do produto no território, manter a qualidade do produto e serviços, como para efetivar sua difusão. Cabe, sobretudo, aos responsáveis por produtos e serviços que possuem maior grau de reconhecimento realizar o monitoramento dos processos de valorização de forma constante, de modo que a especificidade dos ativos territoriais não se perca com o tempo.

O fortalecimento da governança territorial também exige que sejam conhecidos os instrumentos disponíveis ou acessíveis para valorizar os produtos e serviços, e construir a cesta. Marcas coletivas (Souza, 2021), Indicações Geográficas (IG) (Prado *et al.*, 2022), consórcios intermunicipais (Mello; Froehlich, 2019) para gerir sistemas de inspeção de produtos de origem animal, rotas turísticas, rede de cooperação para comercialização de produtos de agroindústrias de pequeno porte, são exemplos de iniciativas existentes que podem ser potencializadas com vistas à construção da cesta (Tecchio *et al.*, 2021). A formação dos agentes de desenvolvimento deve focalizar estas redes de atores e organizar ações de formação técnica, organizativa e social, com o propósito de fortalecer o processo de construção da cesta do território.

Há determinadas formas de organização e instituições que são pré-existentes ao processo de valorização de determinados produtos e serviços específicos, ou seja, não foram estabelecidas somente para esta finalidade. Elas podem ser estratégicas para ações de formação, na medida que congregam atores individuais interessados em trabalhar no fortalecimento de alguns produtos e serviços, e, para tanto, mobilizam parcerias com outros atores do território. Há outros casos nos quais se estabelece uma rede de atores ou até um ator associativo, formalizado para gerir e operacionalizar o processo de valorização de um produto ou serviço específico. É o que ocorre no processo de registro das Indicações Geográficas, onde uma associação é criada para gerir esta forma de reconhecimento (Dallabrida *et al.*, 2016; Prado *et al.*, 2022). Este ator associativo pode assumir ou não o protagonismo da valorização daquele produto. As experiências demonstram algum grau de dificuldade de realizar esse propósito quando a abrangência de uma IG, em termos espaciais, não condiz com as redes de atores que já participam dos processos de valorização daquele produto ou serviço.

## ALGUNS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAR AÇÕES DE FORMAÇÃO

As discussões apresentadas nas seções anteriores apontam na direção de considerar a formação dos atores como uma estratégia territorial. Para isso, é importante refletir sobre quem são os agentes de desenvolvimento. De modo geral, sem a pretensão de conceituar, entende-se como agentes aqueles atores (pessoas, instituições, organizações) que assumem papel de coordenação, gestão e proposição em diversos níveis de ações de desenvolvimento dos territórios. Assim, o uso do termo implica uma clara classificação e seleção de quem são os atores que atuam nos territórios que assumem (ou deveriam assumir) o protagonismo das ações e a liderança nos processos de decisão.

Comumente, tem-se elegido como agentes de desenvolvimento os agricultores familiares e suas organizações, assim como os extensionistas rurais e os atores públicos. Com efeito, é sobre estes que se encontra o maior número ações de formação em territórios rurais. No entanto, as ações de formação construídas a partir do enfoque da CBST devem ampliar o leque de atores territoriais.

Quando se coloca em evidência a construção de cesta específica dos territórios, os empreendimentos que atuam no segmento de serviços (não somente rurais) são importantes. Fala-se em agroindústrias familiares, mas não são somente aquelas geridas por agricultores familiares, pois há nos territórios empreendimentos (queijarias, padarias, confeitarias) não rurais que cumprem um papel fundamental na construção da cesta. Do mesmo modo, há produtos genéricos que se associam à identidade dos territórios conduzidos por atores privados. Importa realizar trabalhos de formação para todos aqueles atores que podem ser mobilizados no entorno de um ou mais recursos específicos. Diversos atores podem não estar envolvidos diretamente na cadeia produtiva de um produto e serviço específico do território, mas são fundamentais para fortalecer seu processo de valorização.

Nestes termos, crescem as iniciativas que visam envolver estes atores para participar de ações de formação, por meio da organização de propostas de eventos, palestras e demais discussões sobre o DTS focalizados nos empreendimentos rurais. O desafio de implicar atores privados efetivamente em ações de formação está em conseguir romper com o viés corporativo que marca a perspectiva de atuação e visão de grande parte dos empreendedores e empresários (Froehlich; Dullius, 2012; Cerdan, 2013).

No caso de produtos específicos ligados à alimentação, empreendedores que atuam no segmento de serviços (restaurantes, pousadas, agroindústrias, confeitarias, padarias), podem ampliar não só os canais de comercialização, mas fortalecer o reconhecimento dos produtos por parte da população em geral. Atores e instituições que promovem eventos como festas típicas são estratégicos na promoção de produtos e serviços específicos dos territórios. Nesse sentido, parece interessante planejar ações de formação de popularização do enfoque da CBST, como meio tanto para ampliar o reconhecimento dos recursos específicos, como ações direcionadas a determinados atores do segmento de serviços, que podem contribuir para manter e fortalecer o processo de diferenciação dos

recursos. Para o primeiro grupo, a formação assume uma perspectiva de difusão para que a população em geral possa assumir e reconhecer os recursos e ativos específicos de seu território. No segundo caso, além deste reconhecimento e apropriação, pode abrir caminho e apresentar alguns instrumentos para especificar e valorizar recursos.

Reconhecendo a importância dos jovens como agentes de desenvolvimento e observando sua participação nos empreendimentos de agregação de valor, ONGs e universidades, em parceria com organismos internacionais, elaboraram e implantaram ações de formação direcionadas para jovens rurais do estado de Santa Catarina, contemplando a abordagem de DTS (Turner; Schimit; Guzzatti, 2016). No caso dos profissionais de extensão rural, há que registrar a experiência da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), que vêm incorporando a abordagem de DTS nos processos de formação de suas equipes técnicas e administrativas. Recentemente, o enfoque da CBST tem sido utilizado para ações de formação: i) em cursos de capacitação inicial de novos extensionistas; ii) em cursos oferecidos para os técnicos dentro do plano de formação continuada da empresa; e iii) incorporadas nos conteúdos de eventos (reuniões, palestras, seminários, cursos), nos quais o enfoque da CBST tem sido integrado à agenda da Epagri (Gerber, 2016). Isto ganha maior relevância pelas parcerias estabelecidas com professores e pesquisadores de diversas universidades que vêm facilitando a realização destas ações de formação.

Para atuar com a diversidade de atores territoriais, a equipe do projeto de pesquisa “O enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Rural Sustentável”<sup>4</sup> construiu uma proposta de curso de formação. Em síntese, a proposta apresenta dois módulos, sendo que o primeiro detalha o enfoque da CBST e a metodologia de inventariar os recursos e ativos específicos; e o segundo apresenta um conjunto de instrumentos existentes para valorização e especificação de ativos. Estes instrumentos incluem desde formas de organização para agregação de valor, estratégias de reconhecimento como Indicações Geográficas e marcas coletivas até programas inovadores construídos em alguns territórios. Nesse sentido, seja para um formato de curso, seja para processos contínuos de formação, é importante observar estes dois planos, que tanto podem ser trabalhados separadamente, como também orientar a organização de ações de formação adequando-se ao público, às características dos territórios e ao processo de constituição de uma CBST. Quanto aos instrumentos, salienta-se que podem ser incluídas algumas políticas públicas que contribuem para a valorização de recursos e ativos, mas também se acentuam as inovações em sistemas de governança que podem estar sendo utilizados em outros territórios por atores privados e associativos.

Contemplar a diversidade dos atores territoriais dentro de uma estratégia territorial de formação coloca em evidência um segundo desafio que consiste em observar que instituição e equipes

---

<sup>4</sup> Projeto de pesquisa coordenado por pesquisadores do Laboratório de Multifuncionalidade e Território (Lemate), da Universidade Federal de Santa Catarina, entre 2019-2021, com financiamento do CNPq.

profissionais podem colaborar e conduzir processos de formação. Neste aspecto, entra em cena o papel das instituições de ensino superior. Cursos de nível médio/técnico, graduação e pós-graduação precisam incorporar em seus currículos os conhecimentos relacionados ao DTS, bem como criar cursos formais direcionados para a formação de agentes de desenvolvimento. Dado que a abordagem territorial é necessariamente multidimensional e intersetorial, a perspectiva interdisciplinar precisa estar presente na formação dos atores territoriais. No caso das universidades e institutos de educação, a formação de atores territoriais representa uma oportunidade para assumir seu papel na promoção do DTS, particularmente de sua área de abrangência.

Por fim, com o propósito de ampliar o leque de atores territoriais nos processos formativos, vale dar atenção para processos de formação daqueles que se encontram em uma posição inferior na hierarquia social, tendo em vista a desigualdade no controle e acesso aos benefícios das ações de valorização de recursos territoriais. Conforme Milano e Cazella (2021), após analisar experiências de associações e cooperativas da agricultura familiar na Serra Catarinense, são necessárias ações de formação para o associativismo entre pequenos agricultores, visto que eles poderiam se beneficiar da ação coletiva para ter acesso ao protagonismo na elaboração de estratégias de desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, considerou-se neste artigo a formação de agentes de desenvolvimento enquanto um processo pedagógico que acompanha a ação coletiva dos atores ancorados no território (Cazella *et al.*, 2019). Os diversos enfoques de DTS se constituem de aportes teórico-metodológicos capazes de ampliar e aprimorar as análises dos processos de desenvolvimento dos territórios. Como o desenvolvimento territorial em sua gênese é produto da ação dos atores sociais, logo fica evidente o desafio de ampliar as capacidades e competências dos mesmos, por meio de atividades de formação e capacitação. Isso exige uma interlocução constante entre pesquisadores da área do DTS em transcender o campo acadêmico e estabelecer interfaces com atores territoriais a fim de modular e construir iniciativas, metodologias e ferramentas aplicáveis, capazes de subsidiar as ações de intervenção, como programas, projetos e redes de atores.

Ao estabelecer as diferenças e semelhanças dos enfoques das Coalisões de Atores e da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, coloca-se em evidência a ênfase que o primeiro dá às políticas públicas de Estado para diminuir as desigualdades socioespaciais. É no entorno das mesmas que se concentraram as ações de formação, as quais acompanham a gestão e planejamento de programas e projetos, priorizando espaços públicos para decisão e deliberação. No tocante ao enfoque da CBST, a construção de ações de formação se dá no próprio processo de construção da cesta, ou seja, nas distintas formas coletivas de valorização e especificação de recursos e ativos territoriais.

Qualifica-se as contribuições deste último enfoque para a formação de atores territoriais, a partir da sensibilização dos atores, para valorizar recursos e ativos, assim como favorecer o fortalecimento da governança territorial, na medida que estes sejam reconhecidos e assumidos como meios para estabelecer o interesse coletivo de um conjunto de atores territoriais. Nesses termos, o enfoque da CBST sugere a ampliação das estratégias de formação de modo a alcançar a diversidade dos atores sociais dos territórios, não ficando restrito a profissionais da extensão rural, agricultores familiares e outros atores públicos.

Na elaboração deste trabalho, constatou-se que há poucas análises e sistematizações de experiências de formação de agentes de desenvolvimento, particularmente no que se refere ao registro de possíveis efeitos nas ações formais de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Constata-se que há muito mais documentos e menções em trabalhos acadêmicos sobre como “deveria ser” realizada a formação – com orientações, diretrizes e procedimentos metodológicos a partir de diferentes enfoques – do que o registro sobre experiências inovadoras em curso nos territórios. Paralelamente, os resultados de pesquisas sobre o DTS fazem menções pontuais ao tema da formação, provavelmente por não ter assumido esta temática dentro dos seus objetivos e análises empíricas. Nesse ponto, este artigo expôs reflexões mais gerais sobre experiências e iniciativas, assunto este que merece aprofundamento em outros estudos. No caso do enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, embora haja iniciativas de formação em andamento, particularmente, nos estados do sul do Brasil, tratam-se de iniciativas recentes (com menos de cinco anos), que visam incorporar as contribuições deste enfoque nas ações de formação e redes de atores que estão mobilizados no entorno da abordagem do DTS.

Junto com a importância de abordar o tema da formação de agentes de desenvolvimento a partir de iniciativas e experiências em curso nos territórios, acrescenta-se a pertinência de analisar e construir subsídios para o ensino formal, tendo em vista que o tema do DTS precisa ser incorporado nas ações de ensino-pesquisa-extensão, pelo qual passam boa parte dos agentes de desenvolvimento que atuam ou irão atuar nos territórios. As reflexões aqui apresentadas enfatizaram, conforme anunciado na introdução, os processos formativos de caráter informal a serem desenvolvidos com base no enfoque da CBST.

## REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, S. L.; BÜTTERNBENDER, P. L.; SIEDENBERG, D. R. (Org.). *Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2010.

BACELAR, T. Gestão social e desenvolvimento sustentável dos territórios, o desafio da multidimensionalidade: uma visão a partir do Brasil. In: BACELAR, T. *et al.* (Org.). *Gestão Social dos Territórios*. Brasília: Série DRS, IICA, 2009.

- BANDEIRA, P. Participação, atores sociais e desenvolvimento regional. *Textos para Discussão IPEA*, nº 630. Brasília: IPEA/BNDES/ANPEC, 1999. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3939](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3939). Acesso em 20 fev 2022.
- BONNAL, P.; KATO, K. *Análise comparativa de políticas públicas de desenvolvimento territorial*. Brasília: IICA, 2011.
- BROSI, M. (Org.). *Metodologias participativas: introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editora, 2ª Ed., 2010.
- BUARQUE, S. *Metodologia e planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: IICA, 1999.
- CARRIÈRE, J. P; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*, Florianópolis, v.4, p. 23-44, 2006.
- CAZELLA, A; GUIMARÃES, L. N.; MEDEIROS, M; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. *Redes (Santa Cruz do Sul. Online)*, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14118>
- CAZELLA, A; MEDEIROS, M; DESCONSI, C; SCHNEIDER, S; GUIMARÃES, L. N. O enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v.16, n. 3, p. 179-192, set-dez/2020. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v16i3.5881>
- CERDAN, C. Indicações geográficas e estratégias de desenvolvimento territorial. In: NIEDERLE, P. (Org.) *Indicações Geográficas: qualidade de origem dos produtos agroalimentares*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 125-150, 2013.
- COLLETIS, G; PECQUEUR, B. Révélation de ressources spécifiques et coordination située. *Economie&Institutions*, n. 6-7, p. 51-74, 2005.
- DALLABRIDA, V. Do debate teórico sobre desenvolvimento territorial aos desafios de sua prática: a indicação geográfica como alternativa. DALLABRIDA, V. (Org.) *Desenvolvimento Territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e indicação geográfica como referência*. São Paulo: LiberArs, p. 17- 32, 2014.
- DALLABRIDA, V; ROTA, E; BÜTTEMBENDER, P, L; DENARDIN, V. F; ARENHART, L. O. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos; *GUAJU - Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, Matinhos, v. 7, n. 1, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v7i.80437>
- DALLABRIDA, V. MARCHESAN, J; ROSSETO, A. M; FILLIPIM, A. S. Governança nos territórios ou governança territorial: distância entre concepções teóricas e a prática. *Grifos*. v. 25 n. 40, p. 43-66, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v25i40.3356>
- DESCONSI, C. Planejamento e gestão de projetos: uma arena de conflitos entre redes de atores. *Grifos*, v. 7, n. 44, p.77-91, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v27i44.4140>
- FAVARETO A; GALVANESE, C; BARUFI, A; SEIFER, P. A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro (2000-2010). *Serie Documentos de Trabajo*. São Paulo/Santiago do Chile: Rimisp/Cebrap/UFABC, 2014. Disponível em: <https://www.rimisp.org/documentos/a-dimensao-territorial-do-desenvolvimento-brasileiro-recente-brasil-2000-2010/>. Acesso em 10 fev 22.
- FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu, Fapesp, 2007.
- FROEHLICH, J. M; DULLIUS, P. R. As experiências de Indicações Geográficas no Brasil Meridional e a Agricultura Familiar. In: FROEHLICH, J. M (Org.) *Desenvolvimento Territorial. Produção, Identidade e Consumo*. Ijuí (RS), Editora Unijui, p. 225-262, 2012.



GALVANESE, C. S. *Paradigmas do planejamento territorial em debate: contribuições críticas a um campo científico emergente*. 2018. 235p. Tese de doutorado (Pós graduação em Planejamento e Gestão do Território), Universidade Federal do ABC, São Bernardo/SP, 2018. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBC\\_b49a4e8b2b08e3a5713e16e7074045c1](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBC_b49a4e8b2b08e3a5713e16e7074045c1), Acesso em: 25 fev 22.

GERBER, R. M. (Org.). *Aspectos metodológicos da extensão rural e pesqueira do estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, Documentos, 251, 2016. 150p.

GRISA, C. Projetos Estratégicos e ações para o Desenvolvimento Territorial: Uma Análise Do PRONAT e do Programa Territórios da Cidadania. In: MIRANDA, C; TIBÚRCIO, B. *Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil*. Brasília: Série DRS, IICA, p. 149-176, 2013.

GOULARTI, J. G. Um decênio das Secretarias de Desenvolvimento Regionais de Santa Catarina. O que mudou? *Desenvolvimento em Questão*, Unijui, v. 13, n. 29, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2015.29.33-56>

GTZ. *ZOPP - Planejamento Orientado para Objetivos*. Tradução: Monika Möbius. Frankfurt/Alemanha: Guia técnico GTZ, 1998.

HIRCZAK M; MOLLARD, A; RAMBONILAZA, M; PECQUEUR; VOLLET, D. From the basket of goods to a more general model of territorialized complex goods: concepts, analysis grid and questions. *Canadian Journal of Regional Science*, v. 31, n. 2, p. 241-260, 2008. Disponível em: <https://idjs.ca/images/rcsr/archives/V31N2-HIRCZAK-MOALLA.pdf>. Acesso em 22 fev 22.

MELLO, C. L; FROELICH, J. M. O bem que falta na cesta: o artesanato no território Quarta Colônia, RS. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 2, p. 282-306, jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v27n2-3>

MILANO, M. Z.; CAZELLA A. A. Cooperativismo e associativismo no enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da Serra Catarinense. In. BURIGO, F. L; ROVER, O. J.; FERREIRA, R.G. (Org.). *Cooperação e Desenvolvimento Rural: Olhares Sul Americanos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, p. 105-118, 2021.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie Rurale*, n. 267, p. 37-49, 2011.

PECQUEUR. O desenvolvimento territorial: uma abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Revista Raízes*, v. 24, Campina Grande/PB, 2005. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243>

PERRON, L. JANIN, C. *Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação - guia metodológico*. Florianópolis: Epagri, 2020. 147p.

PRADO, F; CAZELLA, A; MILANO, M; DESCONSI, C. O processo social da construção da Indicação Geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no planalto norte catarinense. *DMA – Desenvolvimento e Meio Ambiente*, UFPR, v 59, p. 110-133, 2022. DOI: [10.5380/dma.v59i0.76293](https://doi.org/10.5380/dma.v59i0.76293)

SEPUELVEDA, S. *Desenvolvimento Sustentável Microrregional: método para planejamento local*. Tradução de Marcos Guimarães. Brasília: IICA, 2005.

SOUZA, L. M. *As interfaces entre o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais e a Marca Coletiva Sabor Serrano em Santa Catarina*. 2021. 140 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2021.

TECCHIO A; CAPELLESSO A. J.; DORIGON C; CAZELLA A. A. Desenvolvimento Territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a Abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *RPPR*,

Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2021, p. 1-20. Disponível em: [https://www.revistappr.com.br/sumario\\_ant.php?id=MzU=](https://www.revistappr.com.br/sumario_ant.php?id=MzU=), Acesso em 20 mar 22.

TURNER, V; SCHIMIT. W; GUZZATTI, T. *Formar novos rurais*. Criciúma: Edunesc, 2018.

VERDEJO, M. *Diagnóstico Rural Participativo: guia prático*. Brasília: MDA, 2010.

VIEIRA, P. F; CAZELLA, A; CERDAN, C. Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no Estado de Santa Catarina. In: VIEIRA, P. F; CAZELLA, A; CERDAN, C; CARRIÈRE, J-P. (Org.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: APED/Secco, p. 289- 328, 2010.